



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/COMISS2149

Processo nº 0008075-71.2022.6.05.8000

Concorrência n.º 01/2022

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia ou Arquitetura para a execução dos serviços da 2ª etapa da reforma do Edifício Anexo III

RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa **PEDRA CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 23.033.387/0001-88, situada na Rua Barão de Cotegipe, 257, Centro, Feira de Santana, neste Estado, nos termos do art. 109, I, “b”, da Lei nº 8.666/93, em face de decisão proferida pela Comissão de Licitação que culminou com a habilitação da Recorrente e da Empresa BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA, pelos fundamentos de fato e de direito abaixo expostos:

1 – DAS RAZÕES DO RECORRENTE

Inicialmente cabe salientar que, somente no dia 26.10.2022, a Comissão de Licitação tomou conhecimento de que a Recorrente remetera o e-mail, no dia 13.10.2022, com a peça recursal em anexo (doc. nº 2171175).

Ao receber o e-mail, no dia 26.10.2022, a Comissão, pelo presidente, respondeu à referida licitante nos seguintes termos (doc. nº 2171175):

Acuso recebimento do e-mail nesta data.

Por oportuno, esclareço a Vossa Senhoria que o e-mail referido ao dia 13/10/2022 não foi recebido por este signatário.

Tanto é assim que, no dia 14.10.2022, foi enviado e-mail para essa empresa e para a outra licitante habilitada o edital com a convocação para a abertura das propostas, efetivamente ocorrida no dia 19/10/2022.

No referido edital de convocação para a abertura das propostas (publicado no Portal da Transparência), restou consignado o transcurso em branco do prazo para apresentação de recurso, em face do julgamento dos documentos de habilitação.

Não é demais lembrar a Vossa Senhoria que a forma da apresentação de recurso encontra-se disciplinada no ato convocatório (Capítulo VII) e que o envio por meio eletrônico do recurso e das contrarrazões é de inteira responsabilidade do licitante remetente, cabendo-lhe o ônus de certificar-se de que houve o efetivo recebimento.

A decisão contestada pela Recorrente foi decorrente do julgamento da habilitação e encontra-se consubstanciada no doc. nº 2126260, realizado em 05.10.2022.

No mesmo dia do julgamento retromencionado, foi enviado e-mail circular a todos os licitantes, dentre eles a Recorrente, dando-lhes ciência da decisão (doc. nº 2127594).

Ainda no mesmo dia 05.10.2022, foi enviado novo e-mail circular a todos os licitantes, figurando a Recorrente dentre os quais, intimando-lhes da publicação da decisão, ora enfrentada, no Portal da Transparência deste Tribunal (doc. nº 2127871), conforme previsto no edital, e, ainda, dando ciência de que o último dia para recorrer seria 13.10.2022 (5 dias úteis).

Assim estabelece o ato convocatório:

II - As decisões da CPLIC serão comunicadas mediante publicação na página Web, no endereço www.treba.jus.br/Transparência/Licitações/Editais/2022/Concorrência 01/2022, pelo menos por 01 (um) dia, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício, aos representantes legais dos licitantes, principalmente, quanto a:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;*
- b) Julgamento das propostas;*
- c) Resultado de recurso porventura interposto;*
- e d) Resultado de julgamento desta Concorrência.*

(...)

7.1. A licitante poderá apresentar recurso dirigido à Diretoria Geral deste Tribunal, por intermédio da CPLIC, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas.

7.1.1. A manifestação, consignada em ata, indicando a intenção de recorrer não configura princípio de recurso, que somente será aceito se formalizado por escrito e protocolizado no Setor de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, até o último dia do prazo, juntamente com as razões do recurso.

Em que pese a clareza da intempestividade do recurso, inclusive reconhecida pela própria Recorrente, mas em homenagem ao princípio da autotutela dos atos administrativos, a Comissão passará a examinar a peça recursal encaminhada.

Na defesa de suas razões, a Recorrente ataca a decisão da Comissão no tocante a 3 (três) pontos:

1. A licitante adversa, mesmo após a realização da diligência por parte da Comissão, não logrou êxito em comprovar que o profissional detentor dos Atestados de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) integra o quadro permanente da licitante na data da licitação, exigida na Condição nº 3.3.5.2, “b” e “b.1”, do edital;
2. A mesma licitante limitou-se a declarar genericamente que dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços, ferindo a regra prevista na Condição nº 3.3.5.2, “c”, do edital;
3. A licitante em tela não relacionou o profissional detentor do posto de **técnico de segurança no trabalho** que compõe a equipe mínima prevista na Condição nº 3.3.5.2, “c.2”, do edital.

II – DAS CONTRARRAZÕES

Dado o desconhecimento do recurso, não houve apresentação de contrarrazões por parte da Recorrida.

III - DA DECISÃO DA COMISSÃO

Dos Fundamentos da Decisão da Comissão.

Conforme firmado na decisão contida no doc. nº 2126260, somente a empresa **BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA** respondeu à diligência promovida pela Comissão, aduzindo que, em conformidade com a cláusula 3.3.5.2. “b.1” do respectivo Edital, apresentara, à fl. 47 da documentação, a declaração de contratação futura assinada pelo responsável técnico, o Senhor Claudio Raimundo Pinheiro Iglesias, acompanhada das CAT’s (Certidões de Acervo Técnico) – fls. 66 a 72 do doc. nº 2110093.

Não há que se cogitar de negar valor ao termo de compromisso firmado entre o profissional e a licitante Recorrida, que ambos cancelam, resultando na clareza do acordo de vontades quanto a tal propósito e atende ao regramento editalício, conforme segue:

3.3.5.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

a) Comprovante, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e/ou CAU, acompanhada do respectivo atestado fornecido pela contratante dos serviços, de que os responsáveis técnicos da licitante executaram serviços compatíveis com as parcelas mais relevantes e de valor significativo do objeto da licitação, na forma abaixo:

a.1) Profissional habilitado que tenha executado obra ou reforma de execução de estrutura metálica.

b) Comprovante de que os profissionais detentores dos Atestados de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) integra(m) o quadro permanente da licitante na data da licitação.

b.1) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante no CREA/CAU, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional.

Em nenhum momento o edital exigiu que a declaração de que a licitante disponha de pessoal técnico capacitado contenha os nomes dos profissionais arrematados, a ver a estipulação prevista no edital, abaixo transcrita.

c) Declaração de que a licitante dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços. Os técnicos deverão estar registrados no CREA/CAU nos casos em que a legislação exigir. A equipe mínima deverá ser composta de:

c.1) 01(um) Engenheiro civil ou arquiteto, devidamente habilitado, que comprove execução de obra correlata ao objeto licitado, que executará a obra e responderá pela parte operacional do empreendimento, inclusive interfaces existentes entre as diversas áreas, com dedicação exclusiva à obra;

c.2) 01 (um) técnico de segurança no trabalho, que responderá pelos serviços relativos à área de segurança do trabalho e serviços correlatos, com dedicação exclusiva à obra;

c.3) 01 (um) engenheiro de segurança do trabalho, que responderá pelos serviços relativos à área de segurança do trabalho e serviços correlatos, coordenando o técnico de segurança, com visitas à obra pelo menos duas vezes por semana;

c.4) 01 (um) mestre de obras com dedicação exclusiva à obra;

c.5) 01 (um) encarregado de carpintaria que estará na obra durante os serviços correlatos a sua área;

c.6) 01 (um) topógrafo e 01 (um) auxiliar de topógrafo que estarão na obra durante os serviços correlatos a sua área;

c.7) 01 (um) almoxarife que responderá pelos serviços relativos à área de administração financeira, compra, apontador da obra, com dedicação exclusiva à obra;

c.8) 01 (um) auxiliar de escritório, com dedicação exclusiva à obra;

c.9) vigilância noturna, com experiência comprovada na área; a licitante poderá utilizar-se de vigilância eletrônica, arcando, contudo, com eventuais danos que a falta de pessoal possa ocasionar aos serviços e ou aos seus bens.

Também não pode prosperar suposto vício na ausência de referência a quaisquer dos profissionais que compõem a equipe mínima desejada, tratando-se o caso apontado (a ausência da citação do técnico de segurança do trabalho) de mera omissão material, sem repercussão na documentação apresentada. Ressalte-se que o próprio ato convocatório (Condição nº 3.3.5.2, "e") facultou, **por qualquer motivo**, a substituição dos profissionais pertencentes à multicitada equipe, durante a execução do ajuste, cabendo à contratada a incumbência de apresentar a comprovação dos mesmos requisitos mínimos do profissional exigidos ao tempo da licitação, como temos:

e) Sendo necessária, por qualquer motivo, a substituição do profissional, durante a execução do ajuste, a empresa estará obrigada a apresentar a comprovação dos mesmos requisitos mínimos do profissional exigidos ao tempo da licitação. A comprovação da qualificação do novo profissional deverá ser submetida à fiscalização do ajuste previamente à substituição.

Por igual, também assim considerou a Comissão que, no julgamento da habilitação, não apontou falha nos documentos dos demais licitantes que também deixaram de citar nominalmente cada um dos profissionais da referida equipe.

Trata-se, no entender da Comissão, da adoção do princípio do formalismo moderado, fartamente aplicável nos procedimentos licitatórios.

Não é demais salientar que a decisão tomada pela Comissão acompanha a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), senão vejamos:

Este Tribunal também tem se posicionado em diversos julgados, no sentido de que se exigir que haja vínculo empregatício para comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante é desnecessário. Esse vínculo não se afigura como imprescindível para a comprovação de capacidade técnica-profissional, haja vista a possibilidade de autonomia no exercício de profissão. Desse modo, tais exigências não só são consideradas por esta Corte como restrição à competitividade na licitação, como também estão em desconformidade com a legislação, com a jurisprudência e com a doutrina aplicáveis ao caso. Acórdão 1097/2007 Plenário (Voto do Ministro Relator)

(...)

De fato, a administração não poderia prescindir do menor preço, apresentado pela empresa vencedora, por mera questão formal,

considerando que a exigência editalícia foi cumprida, embora que de forma oblíqua, sem prejuízo à competitividade do certame. Sendo assim, aplica-se o princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas ainda as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados, tudo de acordo com o art. 2º, § único, incisos VIII e IX, da Lei nº 9.784/1999. Acórdão 7334/2009 Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator)

IV - DA CONCLUSÃO

Restou enfim claro à Comissão que a Recorrente foi intimada de todos os atos posteriores ao julgamento da habilitação, sendo certo que:

- a) foi-lhe dado saber, por e-mail e pela publicação no Portal da Transparência, que transitou em branco o prazo para recorrer;
- b) foi-lhe avisado, por e-mail e pela publicação no Portal da Transparência, que a abertura das propostas ocorreria no dia 19.10.2022;
- c) foi-lhe dada ciência, por e-mail e pela publicação no Portal da Transparência, que a abertura das propostas efetivamente ocorreu na data agendada;
- d) foi-lhe intimado, por e-mail e pela publicação no Portal da Transparência, que a sua proposta fora classificada em 2º lugar.

Impende salientar que, no dia 08.11.2022, foi recebido e-mail da Empresa PEDRA CONSTRUTORA LTDA informando o seu desinteresse em recorrer do julgamento das propostas, em resposta a e-mail enviado pela Comissão em 19.10.2022 (doc. nº 2173520).

Em face de todo o exposto, a Comissão reputa que não deve ser objeto de conhecimento o recurso ora impetrado, por manifesta intempestividade, e mantém a decisão que habilitou a Recorrente e a Empresa **BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA**, de acordo com os motivos ora apresentados.

É a manifestação, que ora submete à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

CPLIC, em 10.11.2022.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Lima Silveira, Membro da Comissão**, em 09/11/2022, às 20:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares, Membro da Comissão**, em 10/11/2022, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Membro da Comissão**, em 10/11/2022, às 15:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Lúcio Roberto de Oliveira, Membro da Comissão**, em 10/11/2022, às 17:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Ribeiro Rocha, Presidente da Comissão**, em 10/11/2022, às 17:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2171176** e o código CRC **526877EE**.